

O “TERREMOTO” PROVOCADO POR SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO NA AMÉRICA PORTUGUESA *

PAULO DE ASSUNÇÃO **

Em primeiro de novembro de 1755, a terra tremia em Lisboa, destruindo grande parte da cidade. A coroa portuguesa, sobressaltada, viu com assombro o acontecimento. O caos foi instaurado na capital do reino, sinal ou prenúncio de uma série de calamidades que afetariam a monarquia lusitana. O fenômeno da natureza geraria uma situação alarmante permitindo o seu uso político, pela reviravolta que se abateu sobre a sociedade ¹.

Se o terremoto promovera um caos coletivo, a primeira metade do século XVIII fora reluzente, pois a descoberta e a exploração das minas de ouro no Brasil contribuíram para a riqueza do reino e para a estabilidade de seu governo. As terras coloniais da América Portuguesa passaram a ter prioridade, pois exigiam uma defesa condizente para preservar as fronteiras da cobiça dos outros Estados. A grande quantidade de ouro que fluiu das terras coloniais para os cofres portugueses permitiu uma prosperidade econômica há muito tempo desejada pela coroa. Fausto que o monarca não escondeu durante o seu reinado, marcado pela ostentação suntuosa perante Roma e as cortes européias. Riqueza que reluziu e ofuscou as nações modernas.

* É usada a grafia em uso no Brasil.

** Pós-Doutorando em História Ibérica pela EHESS, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Doutor em História Econômica e Social pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Titular da Universidade São Judas Tadeu, do Centro Universitário Assunção e do Centro Universitário Capital.

¹ Sobre o terremoto ver: PRIORE, Mary del – *O Mal sobre a terra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Em 31 de julho de 1750, D. João V faleceu em Lisboa, no Paço da Ribeira. Na manhã de primeiro de agosto, o novo monarca, D. José I, ainda consternado pela perda, informava à nação a morte do rei *Magnânimo*, seu pai, determinando que todos os súditos guardassem luto de dois anos ². A morte do monarca coincidia com o declínio e o esgotamento dos veios auríferos e o Terremoto de 1755 agravaria ainda mais a situação econômica da nação portuguesa. Momento de reflexão que, como observou Mary Lucy del Priore, permite compreender a sociedade portuguesa na sua complexidade oscilante entre permanências e mudanças. Segundo a autora:

Permanência, pois Portugal ancorava-se na estabilidade das estruturas, no predomínio esmagador do mundo agrário, na dominação da aristocracia senhorial, leiga e eclesiástica. A ela pertenciam a terra e o domínio do aparelho de Estado, onde, de tempos em tempos, esbarrava-se na mediação do aparelho burocrático. A monarquia absoluta e a política econômica mercantilista, politicamente enraizadas no mundo agrário, seguiam apegadas com tenacidade às suas maneiras de pensar e a seus valores. Mudança, pois no reinado de D. José, e sob o governo do marquês de Pombal, os grupos que mantinham uma soma perigosa de poder e prestígio serão perseguidos e dizimados... ³

Entre permanências e mudanças, o reino português foi conduzido por D. José I e pelo seu Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Mudanças que causaram reações e intrigas como a tentativa de incriminação do Primeiro-Ministro junto ao rei (1756) e os motins do Porto (1757), que teriam uma maior amplitude após o atentado contra o monarca ⁴.

² Sobre os ritos e cerimônias em Portugal ver: CURTO, Diogo Ramada. Ritos e cerimônias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII). In *Memória da Nação*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

³ PRIORE, Mary Del – *O Mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003, p. 17.

⁴ As ações empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo geraram uma série de insatisfações, permitindo o surgimento do grupo dos “ressentidos”. O comerciante Feliciano Oldemberg, um dos representantes do grupo, aproveitando-se da situação caótica em que vivia a família real, ofereceu um imóvel de sua propriedade para moradia das reais pessoas. No encontro reservado com o rei, ele fez ataques pessoais a Carvalho e Melo, sugerindo que este teria feito desvios de recursos da Fazenda Real, o que justificava uma auditoria. O rei ficou indignado e após uma sequência de tratativas Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado oficialmente Secretário do Reino. Tomás de Almeida, outro membro do grupo dos “ressentidos”, descreve o momento e o novo secretário da seguinte forma: “...[ele] diz o que quer como Oráculo na presença de El Rey sem haver quem desmanche as

Em setembro de 1758, D. José I, retornando ao palácio, após uma visita noturna à marquesa de Távora, esposa de Luís Bernardo de Távora, foi emboscado por desconhecidos que o feriram ⁵. O caso ficou envolvido em mistério e foi devidamente explorado por Sebastião José de Carvalho e Melo ⁶, que empreendeu diligências secretas para descobrir os executores de tal delito ⁷. Em dezembro do mesmo ano, numa operação policial rápida, alguns políticos importantes, dentre eles líderes aristocratas como o conde de Atouguia e o duque de Aveiro, bem como componentes da família dos Távora foram presos, demonstrando uma forte conotação política na perseguição, tendo como objetivo neutralizar a ação da nobreza. As averiguações apontaram também para o envolvimento de alguns jesuítas que teriam atuado como cúmplices no atentado, o famoso Padre Gabriel Malagrida e

cavilacoes e falssidades que ele presuade por verdades, tendo a fortuna de fazer crer tudo, e de ser ouvido como se o espirito Santo falase pela sua boca, sendo só Lusbel quem por ela fala,... ANTT - Carta familiar Do Principal D. Thomas de Almeida para D. Henrique de Menezes em Paris.” Paço de Arcos 23 de Maio de 1756. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa 940.

⁵ João Lúcio de Azevedo no seu estudo sobre o Marquês de Pombal delinea a figura de D. José como enigmática *acerca de quem não pôde a história ainda assegurar se foi realmente um tirano consciente e sanguinário, como deu a entender o seu válido, ou apenas malleavel instrumento nas mãos d’ele. Aqui o vemos assistir taciturno á ruína de uma herança que, por muitas razões, devia suppôr no fundo magnifica, assim como também o veremos, no correr do reinado, não intervir jamais, ao menos ostensivamente nas decisões de Pombal. Seria isso boçalidade, indiferença, desapego das cousas graves para dar preferência aos gosos da vida?*”. AZEVEDO, João Lúcio de – *O Marquês de Pombal e a sua época*. Rio de Janeiro/ Lisboa/ Porto: Anuario do Brasil/Seara Nova/Renascença Portuguesa, 1922, p. 99.

⁶ Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) foi o primeiro-ministro do rei D. José I. Nasceu em Soire, pequena Vila do termo de Coimbra, foi nomeado Enviado Extraordinário à corte de Londres em 1739, retornado posteriormente a Lisboa. É enviado a Viena, onde se casa com a Condessa Daun, sua segunda esposa, parente do célebre Marechal Daun. Volta pouco depois para Lisboa, onde fica longo tempo sem emprego. Apesar de reiteradas tentativas não conseguiu ocupar nenhum cargo no Ministério de D. João V, mesmo com as intervenções que fizeram Frei Gaspar da Encarnação, tio do Duque de Aveiro, o Padre João Batista Carboni, e o Marques de Valença e outros validos daquele Monarca. Com a morte de D. João V, por interferência da rainha viúva, que o protegia em atenção à Condessa Daun, José Sebastião de Carvalho e Melo passa a ocupar cargos importantes no Ministério, desde 1750 até a sua demissão em 1777. Alguns autores destacam que sua ascensão se verificou devido à sua participação no combate ao contrabando do ouro e à sua gestão eficaz na Junta do Tabaco e no Senado da Câmara de Lisboa. Recebeu o título de Conde de Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal em 1770.

⁷ Sobre o assunto ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1996, vol. 6, p. 38-42.

os padres João de Matos e João Alexandre ⁸. Este episódio completava uma série de entraves com a Companhia de Jesus, justificando o alvará real de 1759, que ordenava o afastamento daqueles que serviam na corte como preceptores ou confessores da família real e a prisão e a expulsão dos jesuítas ⁹.

O ato de expulsão era realizado com o fim de preservar a autoridade real e a soberania do Estado lusitano, colaborando também para a harmonia da sociedade ameaçada pelos religiosos. O argumento utilizado era que a Igreja e especialmente a Companhia de Jesus não estavam submetidas aos reis portugueses, acabando por criar o que ficou conhecido como um Estado dentro do Estado, duas monarquias, uma temporal e outra espiritual. Esta atitude, antes de ser um ato monárquico, era uma ação em prol da segurança da coletividade, pois a punição dada aos nefastos religiosos visava a *conservar a tranqüilidade, e interesses dos fiéis vassalos*. A expulsão assumia, portanto, ares de proteção e defesa dos súditos à mercê de religiosos que não mediam esforços para conseguir os seus intentos. Expulsão que causaria uma série de transformações no reino e no império lusitano. A dimensão dada ao episódio e o tom dramático em parte contribuíram para abrir campo para as mudanças, gerando transformações mais profundas.

Sebastião José de Carvalho e Melo no seu pronunciamento sobre as vantagens que o reino poderia alcançar da desgraça causada pelo terremoto lembrava que, para restabelecer um Estado, era necessário que um Estado fosse em parte aniquilado. O tremor, enquanto fenômeno da natureza, permitia destruir alguns sistemas que não eram condizentes com a nova realidade e os novos interesses ¹⁰.

⁸ A perseguição ao Pe. Malagrida não se restringiu ao atentando ao rei. Em 1756, logo após o terremoto, circulou um panfleto intitulado *A verdadeira causa do Terramoto que arrastou Lisboa em 1 de novembro de 1755*, texto que criticava as ações do Marquês de Pombal, cuja autoria foi atribuída ao Pe. Malagrida. Ver: BANGERT W. – *História da Companhia de Jesus*. São Paulo: Loyola, 1985, p. 444-446. Sobre a vida do Pe. Gabriel Malagrida, ver: LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/INL, 1938-1949, vol. 8, p. 340.

⁹ Sobre o assunto, ver: AZEVEDO, J. Lúcio – *O marquês de Pombal e a sua época*. p. 234-57; e MAXWELL, Kenneth – *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 69-94.

¹⁰ SCHWARZ, Lilia Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 96. Kenneth Maxwell destaca que o papel de Sebastião José de Carvalho e Melo merecia um estudo mais aprofundado pelos historiadores, bem como a imagem do rei: «Os historiadores portugueses em geral não se têm preocupado com o lugar de Pombal entre os reformadores de sua época. As contribuições mais recentes à cultura pombalina, com efeito, chegam ao ponto de negar a Pombal qualquer originalidade, coisa

Portugal sofreu uma reformulação institucional, estruturada por Sebastião José de Carvalho que, ao assumir suas funções de Primeiro-Ministro, procurou fortificar o Estado, impedindo o comportamento desregrado da elite portuguesa que gozava de prerrogativas estimuladoras de práticas irregulares. A Igreja e a nobreza viviam com grandes recursos enquanto a população caminhava na pobreza. O Primeiro-Ministro desejava aprofundar a centralização do poder monárquico frente à Igreja e à nobreza e sanear as finanças do Estado. Para tanto, procurou atuar por meio de leis que clarificassem o papel das instituições, bem como as relações existentes entre elas. Como bem salientou Lília Schwarz, a assunção de Sebastião José de Carvalho e Melo não representava, “entretanto, apenas a conquista pessoal de um político de carreira fulminante. Era também a vitória de um certo ideal administrativo e de um grupo que soube apresentar, no momento certo, uma série de saídas emergenciais”¹¹.

A centralização de poder almejava reorganizar o império português, extremamente debilitado em sua balança comercial, especialmente com a Inglaterra, pelos acordos econômicos celebrados entre os dois países, especialmente o Tratado de Methuen. O saneamento das contas do Estado passava pela revisão das relações de dependência e pela sangria de recursos que debilitaram as finanças. A criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e da Companhia de Pernambuco e Paraíba, instituídas em 1755 e 1759, respectivamente, tinha como objetivo acelerar o desenvolvimento econômico daquelas regiões coloniais, favorecendo a exploração natural e o cultivo do açúcar e do fumo¹². Fernando Novais destacou que a política

que até os seus contemporâneos reconheceram. Essa auto-anulação nacional pode estar na natureza da historiografia portuguesa, mais preocupada com o que pode ser chamado de dimensão vertical do que com a dimensão horizontal, ou seja, Pombal quase sempre é visto mais em termos da projeção de suas atividades nas disputas do século XIX do que da sua projeção no mundo do século XVIII. Pombal, entretanto, continua sendo, a meu ver, um dos administradores mais interessantes do período. O conjunto de seus escritos é surpreendentemente rico, o que significa que o historiador pode descobrir mais sobre seus pensamentos e suas motivações do que em relação a muitos de seus contemporâneos». MAXWELL, Kenneth – *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 180.

¹¹ SCHWARZ, Lília Moritz – *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 97.

¹² A Carta de 26 de maio de 1776 que abolia a distinção entre os cristãos-novos e velhos é um dos indicadores da política de favorecimento da classe mercantil. Deve-se ressaltar que esta idéia fora proposta há mais de século pelo Pe. Antonio Vieira quando alertava sobre o perigo da perseguição da Inquisição contra os cristãos-novos fazendo-os procurar outras localidades, como a Holanda.

ilustrada pombalina era essencialmente reformista e visava solucionar a crise do sistema colonial, afetando por decorrência as relações do Antigo Regime, pois, conforme observa o autor: “Absolutismo, sociedade estatal, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, parte de um todo, interação reversivamente neste complexo a que se poderia chamar, mantendo um termo da tradição, Antigo Regime”¹³. Neste universo, o poderio jesuítico tornara-se, com o decorrer do tempo, um elemento nocivo à saúde do Estado em todas as suas esferas, reduzindo a ação do rei e abalando principalmente os recursos do Erário Real. O problema não era apenas a ação da Companhia, como observou Francisco Falcon: “O processo de debilitação do poder do Estado, com suas inevitáveis seqüelas, traduzidas sob a forma de inércia, ineficiência e aumento da corrupção no aparelho burocrático, abriu caminho aos descontentamentos e às pretensões daquelas camadas ou grupos da burguesia mais diretamente prejudicados, ou mais dispostos a contestar o crescimento relativo da aristocracia”. Sebastião José de Carvalho e Melo identificou o enfraquecimento do poder real, entendendo ser preciso restabelecer a ordem econômica do Estado português¹⁴. Paulatinamente, reorganizava-se o Estado adequando a justiça e o comércio à nova conjuntura, bem como o exército¹⁵.

Em 1762, a França declarou guerra a Portugal, pela recusa ao tratado entre os Bourbons, tendo como objetivo contrapor o poderio naval da Inglaterra. D. José I convidou o Conde de Lipe para comandar e organizar o exército durante o embate. A reorganização do exército português auxiliava na afirmação do reino, com a criação de novos estatutos, transformações que ganhariam maior amplitude.

Concomitantemente, podemos observar que o Estado português retira o poder da Igreja entre 1760-1770, reflexo do rompimento das relações com a Santa Sé. Sebastião José de Carvalho e Melo entendia que não era obrigado a aceitar os documentos eclesiásticos, ou seja, os tribunais civis tinham o

¹³ NOVAIS, Fernando A. – *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 27.

¹⁴ FALCON, Francisco José C. – *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982, p. 372. Ver sobre o assunto também p. 213-482.

¹⁵ Jorge Borges de Macedo, ao analisar a situação econômica na época pombalina, destaca que o período entre 1759-1761 foi marcado por uma crise econômica, em especial a crise dos fundos para o Estado, crise para a produção e para o comércio. Desta forma, a solução encontrada por Sebastião José de Carvalho e Melo fora o fomento industrial, visando a defender a riqueza da nação. Sobre o assunto ver MACEDO, Jorge Borges de – *A situação econômica no tempo de Pombal*, Lisboa: Gradiva, 1989, p. 141-184.

poder de rever as sentenças dos tribunais da Igreja. A censura em relação às publicações, até então sob a égide da Igreja, passou para o poder da Real Mesa Censória, alterando também o funcionamento do Tribunal da Inquisição, determinando que os bens confiscados dos condenados fossem entregues ao Estado.

No decorrer da segunda metade do século, Portugal passaria por uma intensa transformação mental e social, impulsionada por forças externas e internas, sendo o terremoto apenas uma das rupturas do processo histórico português ¹⁶. A Europa vivia um momento de efervescência ideológica movida pela idéia da força da razão. O homem pensando por si mesmo procurava atingir pela reflexão a solução de seus problemas. A possibilidade de ele intervir nos seus desígnios ficava evidente, bastava ao ser humano compreender a razão universal. A influência de idéias científicas e filosóficas já era intensa, fruto de um movimento de longa duração no decorrer da primeira metade do século.

Nas cortes europeias a afirmação do poder temporal sobre o poder espiritual marcava uma nova relação do Estado com a Igreja. O pensamento iluminista foi profícuo na discussão da liberdade e autonomia do Estado em relação à Igreja ¹⁷. As reflexões tentaram harmonizar a ciência e a fé, o racional e o experimental, visando a conciliar o tradicional com a inovação, deixando clara a necessidade de sistematização dos novos valores e conhecimentos promovidos pelo avanço do pensamento científico. Tarefa difícil de ser conduzida, tendo em vista as raízes profundas do pensamento conservador na massa da população. Procurava-se revisar os conhecimentos a fim de incorporar as novas idéias apresentadas pela Ilustração a uma minoria ¹⁸.

¹⁶ HAZARD, Paul – *La crisis de la consciencia europea*. Madrid: Ediciones Pegasos, s.d.

¹⁷ Antonio Braz Teixeira questiona o iluminismo português, observando que o movimento se apresentou como uma ação que pretendia *restaurar o espírito renascentista contra a segunda escolástica barroca, como uma luta contra a tradição e autoridade, fundadas, uma e outra num modo de pensamento de raiz matemática, uma filosofia de base empirista e sensista, num intelectualismo e num racionalismo abstractos, de que resultava uma antropologia eminentemente naturalista, que se pretendia liberta do teocentrismo aristotélico-escolástico e marcada por um pendor utilitarista, quando não mesmo hedonista, por um acentuado individualismo e por um reformismo entre ingênuo e utópico*. TEIXEIRA, António Braz – A filosofia jurídica. In CALAFATE, Pedro (coord.) – *História do Pensamento Filosófico Português. As Luzes*. Lisboa: Caminho, 2001, vol. 3, p. 65.

¹⁸ GAY, Peter – *The Enlightenment: an interpretation: the Science of Freedom*. New York; London: W.W. Norton & Company, 1969, vol. 1, p. 26.

O debate sobre a revisão dos conhecimentos passou pelo questionamento da educação e dos sistemas pedagógicos. Uma sociedade mais justa só seria possível se houvesse uma mudança de hábitos e costumes, rompendo as barreiras do preconceito. A emergência de um Estado progressista pressupunha uma educação de base científica, que respeitasse o bem comum, a qual deveria nortear as Escolas e Academias, até então influenciadas de maneira intensa pelos jesuítas. A secularização da educação passou a ser uma bandeira propagada pelo pensamento iluminista que visava a garantir a formação de um ser humano na sua integralidade.

A publicação da obra de Luis António Verney (1713-1792), intitulada *Verdadeiro Método de Estudar*, apesar de confiscada pela Inquisição portuguesa, entrou no reino lusitano e acabou por influenciar no direcionamento de algumas ações empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo. Verney nascera em Lisboa onde viveu até a idade de vinte e três anos. Em seguida partiu para Roma a fim de dar continuidade aos estudos de Teologia e Jurisprudência e, ao retornar a Portugal, trazia na bagagem uma nova visão. Nesta obra, Verney aproveitava para criticar de forma veemente o sistema pedagógico dos inacianos, tanto no que dizia respeito ao seu conteúdo como ao seu método ¹⁹. Questionava o ensino português e defendia que era necessária a reforma do modelo vigente. As críticas de Luis Antonio Verney baseavam-se no ideário iluminista. Porém, a sua proposta não entrava em confronto com a revelação e a graça divina, nem procurava sobrepor a razão a estas. Atribuía o atraso e a decadência de Portugal ao enclausuramento em que vivia o país. No seu entender, era necessário abrir espaço para novas idéias, conforme outras monarquias já o faziam. Enfim, libertar Portugal do claustro ²⁰.

¹⁹ Segundo Antonio Braz Teixeira, o pensamento filosófico português dos Setecentos, em especial as idéias de Luis Antonio Verney, é de *cariz empirista e sensista e assume uma feição declaradamente antimetafísica, fazendo do aristotelismo, do formalismo e do logicismo escolástico o alvo preferido das suas críticas, ao mesmo tempo em que nele se acentua uma tendência para a laicização da cultura, para recusar a interpretação sobrenatural dos fenómenos naturais, para considerar desfavoravelmente o misticismo, o espírito profético, as lendas hagiográficas ou o culto mariano e, no seu declarado regalismo, não oculta um certo anticlericalismo e o intento de tornar a ética uma disciplina puramente racial e independente da teologia*. TEIXEIRA, António Braz – *A filosofia jurídica*. In CALAFATE, Pedro (coord.) – *História do Pensamento Filosófico Português. As Luzes*. Lisboa: Caminho, 2001, vol. 3, p. 65.

²⁰ Além do *Verdadeiro método de estudar*, foram importantes no mesmo sentido as *Cartas sobre a educação da mocidade* e o *Método para estudar a medicina*, de Antonio Ribeiro Sanches.

Esta idéia foi compartilhada por outros pensadores. Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), cristão-novo, foi outro expoente da ilustração em Portugal, que exerceu influência na política pombalina. Estudou Medicina e Direito na Universidade de Coimbra, depois de formado seguiu para Salamanca a fim de realizar o seu doutoramento. Retornou a Portugal, mas foi obrigado a realizar viagem para outros países, vindo a se instalar em Paris, onde conquistou destaque, ao participar da elaboração da *Enciclopédia*, editada por d’Alembert e Diderot, no ano de 1750. O ponto comum entre ele e Verney residia na identificação da necessidade de superar o atraso cultural do reino ²¹.

Sebastião José de Carvalho e Melo ao assumir o cargo de Primeiro-Ministro do governo de D. José I construiria um conjunto de políticas que visava a reformar o Estado lusitano, considerando parte das idéias destes pensadores. O Primeiro-Ministro viveu em outras cortes européias onde teve a oportunidade de apreciar as reformulações em processo e procurou aplicar uma política que rompesse o isolamento e o atraso português. Esta posição ficara evidente durante a sua atuação diplomática, iniciada em Londres no ano de 1738, onde permaneceu durante sete anos e redigiu os seus primeiros escritos de teor econômico ²². Demonstrando possuir uma visão ampla sobre as relações econômicas entre Portugal e Inglaterra, Sebastião José de Carvalho e Melo chamava a atenção para os problemas decorrentes de acordos celebrados entre os países, por serem desfavoráveis ao reino lusitano.

Em seguida, foi designando para a Corte de Viena, onde teve oportunidade de observar as reformas em curso na Áustria. A reforma política e financeira do Estado mostrava-se imperativa para o fortalecimento da soberania austríaca, acompanhada de uma nova relação do Estado com a Igreja. A tendência era para o estabelecimento de um poder civil nacional que controlasse a Igreja, experiência que Sebastião Jose não esqueceria, usando como referência para as ações a serem adotadas em Portugal.

²¹ Ribeiro Sanches no *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a regem pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*. Lisboa: Régia Officina Typ., 1771. Acusava também que o declínio do ensino português se devia aos jesuítas.

²² MELO, Sebastião José de Carvalho e – *Escritos Econômicos de Londres 1741-1742*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1986, p. 95. Outras obras redigidas por ele discutem a questão da decadência em Portugal: *Relação Abreviada* (1757), *Dedução Cronologica e Analítica* (1768) e *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1771).

Por seu caráter arguto, diplomacia e boa atuação como secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756), D. Luis da Cunha indicou seu nome para a Secretaria dos Negócios do Reino (1756-1777) ²³. Após o terremoto que abalou Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo conquistou maiores poderes. Com agilidade e lucidez iniciou a reconstrução da cidade, entendendo que a catástrofe abria espaço para que se processasse uma reconstrução do Estado ²⁴. A ocasião reforçou as dificuldades de caráter econômico enfrentadas por Portugal, decorrentes do fato de o país depender há muitos anos das riquezas procedentes do Brasil. Riquezas que seguiam para a Inglaterra com uma rapidez avassaladora.

As manufaturas do reino estavam em condições precárias, e o atraso podia ser observado em todos os setores, pela falta de investimentos na produção.

Em 1784, um viajante francês desconhecido registra em algumas cartas escritas a um amigo a situação em que se encontrava o reino:

“Porém sem embargo da aptidão das terras e suas produções dos bons engenhos, e seus esforços, pouco se tem adiantado em Portugal este ramo de indústria. Não posso verdadeiramente atinar com a causa desta abjeção, em que aqui se vêem as Fábricas. O Marques de Pombal, no Reinado passado, sentindo o dano, que padecia a Nação, em fazer passar os seus cabedais a Reinos estranhos, por gêneros, que podia fabricar nas suas terras, aonde deixasse o preço deles, ou fundou, ou aumentou todas as Fábricas de Portugal. É incrível o benefício, que nisto recebeu a nação. Rapazes de baixa extração, que não podiam aspirar a coisas maiores, e que não podendo acostumar-se a empregos servir, ou muito penosos, se viam condenados a passar a sua vida em uma pernicioso ociosidade, abjeto seminário, de que saíam os jogadores, os requerentes de causa, os contrabandistas, e mesmo os ladrões, e homicidas: passaram ditosamente a ser membros úteis da Sociedade, e a servir às suas comodidades. Aumentaram-se os matrimônios, e por consequência a população. Cresceu a polícia, o asseio; cresceu a abundância dos gêneros precisos para os cômodos da vida, e o dinheiro, que sai do Reino para engrossar os Estrangeiros tornou a girar dentro nele, e a fazê-lo mais opulento. A muitas destas Fábricas se deram

²³ Sobre o assunto ver CLUNY, Isabel – *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

²⁴ Dos escritos desta época – dentre os quais merece destaque o *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça, por ocasião do terramoto do 1º. de Novembro de 1755*.

isenções e privilégios exclusivos, um dos grandes meios de as aumentar, e aperfeiçoar”²⁵.

Portugal não poderia ficar na franja da Europa. Necessitava caminhar a passos largos para uma transformação que abrisse caminho para uma preparação local e que implicaria uma mutação de todo o império lusitano. Para tanto, era necessária a preparação de homens capazes de realizar as reformas, sendo a instrução um dos elementos decisivos na transformação.

O seu projeto não se ateve apenas à educação, apesar de esta ser um dos pontos fundamentais da sua política. As ações políticas no sentido da centralização do poder e as ações econômicas de essência mercantilista revelam que Sebastião José de Carvalho e Melo habilmente construiu um aparato institucional e administrativo para garantir a sustentação e o funcionamento do Estado português²⁶. A centralização feita por Sebastião José de Carvalho e Melo foi acompanhada de práticas mercantilistas que controlaram e restringiram as atividades comerciais para garantir os interesses de determinados grupos. Era necessário fortalecer as exportações portuguesas a fim de que a classe mercantil florescesse e conseguisse dinamizar a economia, uma vez que o terremoto havia gerado grandes problemas.

Os cofres do Erário público estavam dilapidados, os setores que compunham a sociedade viviam em conflito; além disso, havia o atraso no ensino marcado pelos métodos tradicionais, conforme registrara Luis Antonio Verney. Neste sentido, Pombal entendia que o Estado deveria ser o responsável pela formação dos jovens, renovando a mentalidade portuguesa, em especial da elite. A educação até então notoriamente influenciada pela religião passaria pelo processo de secularização. Podemos dizer que havia necessidade de uma aceleração histórica. As reformas desenvolvidas por Sebastião José de Carvalho e Melo foram movidas pela modernização que se contrapunha à idéia de *atraso e decadência* da sociedade e da cultura portuguesa; a idéia de um novo espírito *científico* exigia novas maneiras de pensar, inclusive do próprio poder do Estado. Em parte, o atraso de Portugal e das colônias se devia à forte dominação da Igreja e em especial dos jesuítas, responsáveis pela consolidação de uma ordem imutável. O novo momento impulsionado por Sebastião José de Carvalho e

²⁵ *Cartas de um viajante francês, a um amigo residente em Paris, sobre o caráter e estado presente de Portugal*, 1784. f. 55v e 56.

²⁶ Sobre as reformas pombalinas e as estratégias adotadas por Pombal, ver a obra clássica de FALCON, Francisco J. C., *A época pombalina*, p. 135.

Melo apresentava uma modernização que rompia o equilíbrio de um universo governado pelas leis divinas. A expulsão dos jesuítas, a condenação do Pe. Malagrida e a alteração do modelo de educação impuseram uma transformação abrupta à sociedade lusitana, como aquelas que ocorreram no âmbito econômico. A assimilação de um modelo educacional, fundada no uso da teoria da razão, só teria seus resultados alguns anos mais tarde ²⁷.

A ruptura impunha uma mudança de princípio, um novo conhecimento, em especial aquele que fosse útil à sociedade, devendo partir da própria monarquia. A educação dos herdeiros da coroa deveria compreender uma formação intelectual mais sólida que respaldasse a arte de governar, desde que seguisse as diretrizes definidas pelo Primeiro-Ministro; caso contrário, estava fadado à perseguição.

A educação ministrada pelos jesuítas marcou o início da História da Educação no Brasil. No decorrer da sua atuação, os jesuítas foram responsáveis pela sistematização e organização educacional, estabelecendo colégios que visavam a dar uma formação básica para a população, fazendo que a cultura européia cristã marcasse sua presença nas terras tropicais. A conquista espiritual implicou a imposição de uma educação religiosa, sendo as escolas de ler e escrever o primeiro meio utilizado para a divulgação. O estabelecimento de colégios destinados aos filhos dos colonos brancos foi a etapa seguinte, a ser consolidada. Os colégios permitiam que os filhos de uma elite colonial conseguissem realizar seus estudos para, em seguida, aqueles que possuíam recursos, complementarem a sua formação em Portugal ou na Europa.

Por ocasião da expulsão, a Companhia de Jesus contava com mais de vinte colégios e de trinta e seis missões espalhados pelo território. A expulsão dos jesuítas gerou um caos no cenário educacional. O impacto não foi

²⁷ Com a expulsão dos jesuítas, a coroa decretou o confisco dos bens dos religiosos, nomeando administradores para darem encaminhamento às atividades produtivas; concomitantemente, iniciou-se o inventário das propriedades com avaliações de cada um dos equipamentos que possuíam nas diversas partes do império luso. No âmbito espiritual, outras ordens religiosas ou o clero secular ficaram responsáveis pelas igrejas e seus pertencentes. Momento sem dúvida delicado, considerando o longo convívio que os jesuítas tiveram nas terras portuguesas e as raízes profundas que criaram na sociedade. Um batalhão de guerreiros da fé era expulso do reino lusitano, portando só poucos e pequenos pertences e incrédulos perante os acontecimentos. Final inglório para os discípulos de Inácio de Loyola em Portugal que de baluarte da civilização portuguesa foram tidos com conspiradores e traidores. Era o fim de um ciclo que estava apenas começando e que desencadearia muita polêmica e discussão no meio letrado europeu.

sentido somente no ensino das primeiras letras, pois os cursos de Letras e Filosofia, mantidos pelos religiosos, também sofreram o impacto.

Independente de o método jesuítico ser considerado especulativo e inadequado aos interesses da metrópole, ele atendia ao contexto colonial em face da ausência de uma política educacional do reino lusitano. Neste sentido, podemos observar que o projeto de Sebastião José de Carvalho e Melo atendia na primeira fase aos interesses da elite, o que implica afirmar que almejava consolidar um projeto de educação sólido em longo prazo para os demais habitantes da colônia. O dismantelamento do ensino jesuítico foi mais grave em razão da carência de professores e de recursos para implementação de um novo modelo educacional ²⁸. Sebastião José de Carvalho e Melo, ao romper com os equívocos anteriores, teve contra si a ausência de recursos para efetivar o novo projeto e a resistência da elite colonial em abraçar as mudanças.

A reformulação propunha situar o ensino sob o controle do Estado, uma vez que os colégios jesuíticos tinham um domínio acentuado na formação dos jovens das classes dominantes do reino. Nessa reformulação, a língua portuguesa era imposta como língua oficial e exclusiva. Uma política pública de ensino poria fim aos desvios, unindo todos sob o controle do Estado e de uma só língua e, neste sentido, a proposta de reforma da educação não era meramente pedagógica, mas principalmente política. O ensino tinha um propósito essencialmente utilitário, como observou Kenneth Maxwell: “criar um corpo de funcionários educados segundo as idéias iluministas, dispostos a reformar a burocracia do Estado e a hierarquia da Igreja” ²⁹. Desta maneira, seria possível a criação de um grupo de funcionários, burocratas e clérigos capazes de defender as idéias sugeridas pela reforma.

Deve-se ressaltar que as ações do governo de D. José I, no que tange à colônia, revelaram também outras preocupações. A reduzida população que habitava a vasta América Portuguesa era um fato preocupante, na medida em que permitia vazios demográficos em determinadas regiões, principalmente aquelas de fronteira como a Amazônica, situação comprometedora para a soberania lusitana na região. Apesar de fomentar a imigração do Reino e das ilhas atlânticas para a colônia, o resultado foi aquém do necessário, em razão de sua amplitude territorial, um desafio que exigia um

²⁸ Algumas ordens religiosas, franciscanos, carmelitas e beneditinos abriram escolas de primeiras letras a fim de preencher o vazio deixado pela educação jesuítica. Esta estrutura deficitária contribui somente para amenizar o impacto causado pela reformulação da educação.

²⁹ MAXWELL, Kenneth – *Marquês de Pombal*, p. 128.

número de imigrantes sempre maior. Concomitantemente, procurando abolir as diferenças existentes entre portugueses e índios, estimulou-se a miscigenação e o reconhecimento dos filhos oriundos do casamento entre homens brancos e homens indígenas que, doravante, teriam os mesmos direitos que os naturais do Reino. A questão da demografia não foi um problema apenas para a soberania de Portugal. A dispersão da população por um território tão extenso impediu que uma ação mais eficaz no âmbito da educação fosse atingida. Por conseguinte, o governo monárquico adotou uma política em que as ordens religiosas, além das suas preocupações espirituais, deveriam auxiliar a coroa na formação de povoações que fortalecessem a ocupação portuguesa. O ensino obrigatório da língua portuguesa fazia parte do processo de transformação dos indígenas em súditos do monarca.

A recusa em conceder poder temporal às missões e povoações, por parte dos jesuítas, foi um dos motivos do estremecimento das relações entre eles e a coroa e a conseqüente expulsão. Uma série de entraves, tanto na definição do Tratado de Limites e na região amazônica, demonstrou os obstáculos que a coroa teria no efetivo controle do poder temporal ³⁰.

Em 13 de janeiro de 1750, era celebrado o Tratado de Limites dando a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento à Espanha, enquanto Portugal ficava com os Sete Povos das Missões ³¹ e reconhecia o domínio

³⁰ Posteriores ao Tratado de Madrid, foram expedidas as Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado de Grão-Pará e Maranhão, que forneciam as orientações a serem tomadas pelo capitão para dar cumprimento às negociações. Ao chegar à região, Francisco Xavier de Mendonça não tardou em registrar aquilo que designou de abuso dos jesuítas e o não-respeito às leis que definiam a liberdade dos índios. O rei, constatando a não-observância do breve papal, emitiu lei em 6 de junho de 1755, tendo como determinação o cumprimento da bula mencionada. Esta lei também não foi obedecida pelos religiosos, situação que permitiu ao poder monárquico constatar, de forma cabal, que os interesses jesuíticos eram deploráveis e marcados por extrema corrupção. Esta seqüência de insubordinações levou o rei a decidir que os jesuítas deveriam ser apartados de toda a ingerência nos negócios políticos, e nos interesses temporais, e mercantis; livres da corrupção e da cobiça do governo da Corte, da aquisição de fazendas, dos interesses do comércio, das usuras dos câmbios, e dos mais bens das terras, sirvam a Deus, aproveitem ao próximo, como verdadeiros imitadores das heróicas virtudes do grande e glorioso Santo Ignácio, São Francisco Xavier e São Francisco de Borja. Esta ação drástica confirmava que, com o decorrer dos anos, os princípios elaborados por Inácio de Loyola foram deturpados, permitindo que a ingerência em negócios temporais ocorresse com uma intensidade e freqüência desmesuradas.

³¹ As povoações eram: Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luis, São Miguel e São Nicolau.

português na região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso, assim como a posse definitiva das Filipinas, pelos espanhóis. Tal divisão, feita à revelia dos interesses e desejos dos jesuítas, afetava as aldeias dos índios missionários que deveriam deslocar-se para as terras demarcadas, seguindo o acordo celebrado entre as duas coroas. A partir de 1751, são realizados entre as coroas ibéricas acordos secretos, estabelecendo adoção de procedimentos, caso houvesse resistência dos índios que habitavam a região, negando-se a cumprir o Tratado de Limites³². D. José I determinou aos seus agentes que, na execução da troca de territórios, fosse garantida a simultaneidade da passagem de terras, e que a responsabilidade da desocupação era das duas coroas. Os jesuítas, por sua vez, assediaram os reis de Portugal e da Espanha para que o tratado não fosse executado, chamando a atenção para o fato de que as reduções correriam grande risco, e a paz espiritual e temporal estavam ameaçadas, argumentos que não foram considerados pelos monarcas.

As novas resoluções geraram a resistência e o enfrentamento dos guaranis (guerras guaraníticas 1754-1756)³³, sendo os jesuítas acusados de repelir o Tratado, estimular a resistência, instigando os índios a se rebelarem contra as decisões do poder real português e espanhol. As negociações para demarcar a fronteira na região da bacia amazônica não foram menos turbulentas do que aquelas ocorridas na região platina. Os pontos principais dos ataques atinham-se aos abusos dos religiosos da Companhia de Jesus nos domínios da América Portuguesa e Espanhola quanto à usurpação da liberdade dos índios, não respeitando às resoluções dos reis e às leis que tratavam do assunto³⁴; quanto à propriedade dos bens nas terras das suas habitações e à perpétua cura das paróquias, ignorando o preceito de que os religiosos só seriam párocos, enquanto não houvesse clérigos;

³² KRATZ, Guillermo – *El Tratado hispano-portugués de límites de 1750 y sus consecuencias*. Roma: Institutum Historicum, 1954, p. 27-8.

³³ Sobre o assunto consultar GALVEZ, Lucía – *Guaraníes y Jesuítas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995, p. 359-65 e *Relação Abreviada da República, que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas monarquias, e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses. Formada pelos registros das secretarias dos dois respectivos principais comissários e plenipotenciários e por outros documentos autênticos*. In CAEIRO, José – *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*. Salvador: Salesiana, 1936, p. 315-25.

³⁴ No contexto colonial, podemos identificar a existência de leis que tratam da liberdade dos índios que datam dos anos de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647, 1655, 1680, 1755 (sendo que esta última confirmava as anteriores no seu preâmbulo).

quanto aos governos temporais das aldeias, interferindo nos governos seculares e ao comércio terrestre e marítimo, realizando negociações que não eram *decentes aos Clérigos* ³⁵. Este último ponto, sem dúvida, chama a atenção dos acusadores da Companhia que buscavam, por meio dos textos legais, demonstrar as práticas inconvenientes dos religiosos, como “o mandar buscar drogas aos Sertões pelos Índios, para depois as mandarem vender; o mandarem salgar carnes, e peixes para o mesmo fim; o mandarem salgar, e acumular couros para também venderem”. Segundo os opositores, tais transações não eram vendas de coisas supérfluas, nem tampouco de coisas necessárias, mas sim práticas de negociações e *tratos mercantis* ³⁶, que eram proibidos pelas leis do reino ³⁷. Conforme observou Joaquim Veríssimo Serrão, D. José I estranhava que, passados tantos anos após a colonização do Maranhão e do Grão-Pará, “se mantivesse instável a situação dos índios, dado o pequeno número das suas povoações e dos que se beneficiavam da doutrina cristã” ³⁸.

O problema ganhou contornos mais nítidos após o estabelecimento das Companhias de Comércio e a proibição da remessa direta de mercadorias para o reino, ficando condicionada à entrega das produções nos armazéns para serem transportados pela empresa monopolista. A Companhia de Jesus tomou posição contrária à implementação desta política, ancorando-se no descontentamento entre os comerciantes e armadores desfavorecidos pela medida. A reforma econômica, na realidade, permitiu a reorganização do aparelho administrativo e fiscal e acirrou os ânimos dos colonos e daqueles identificados com os interesses coloniais, ante o conjunto de decisões que visavam a aumentar a receita régia e controlar mais rigidamente a população.

Por outro lado, ante o declínio da exploração aurífera, a coroa procurou estimular a exploração dos recursos naturais da colônia (madeiras, cacau, canela etc.); adotou medidas para estimular o desenvolvimento da agricultura comercial e estimulou a criação de gado.

A proposta de Pombal para reerguer Portugal, diante das potências européias, incluía uma série de transformações inclusive no âmbito da educação, que seria o grande agente transformador. Sebastião José de Carvalho e Melo entendia que os jesuítas estavam preocupados apenas

³⁵ *Pontos Principais a que se reduzem os abusos, com que os religiosos da Companhia de JESUS tem usurpado os dominios da America Portuguesa, e Hespanhola*. BNL - cód. 1601 - p. 99-103.

³⁶ *Ibidem*, p. 102.

³⁷ Sobre o assunto ver *Ordenações Filipinas*, Livro IV, título XV.

³⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Pombal*, vol. 6, p. 48.

com a formação de religiosos para a própria Companhia de Jesus, enquanto ele propunha organizar a Educação segundo os interesses do Estado, que deveria chamar para si esta responsabilidade. A idéia de uma Educação útil para sociedade era fundamental para a consolidação do próprio Estado.

Se pensarmos a Educação como um dos elementos capazes de evidenciar o modo como a sociedade se organiza e/ou se desorganiza, notaremos que a monarquia portuguesa passava por um processo de transformação e reorganização da sociedade. Sebastião José de Carvalho e Melo era o empreendedor desta reorganização e dos novos valores consolidáveis a longo prazo.

Pelo alvará de 28 de junho de 1759, foi suprimida a escola jesuítica de Portugal e de todas as colônias. Para substituí-los, criou as Aulas Régias de Latim, Grego e Retórica. Conforme a proposta, cada aula régia era autônoma e isolada, com um professor único. Este seria indicado pelo bispo ou teria a sua aquiescência, já que um dos objetivos da educação era a divulgação da doutrina cristã. Os professores detinham o cargo de forma vitalícia, tendo como meta a difusão da língua portuguesa entre os indígenas. Os manuais escolares deveriam ser modernizados a fim de atender as novas exigências.

O tempo indicaria as dificuldades para a implementação de uma rede de ensino na colônia, tanto pelos custos que implicava, como pela inexistência de professores habilitados para pôr em prática o novo modelo. Nas principais capitanias como a da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco foram instituídas escolas com mestres de ler, escrever e contar, e ainda professores para Gramática, Grego, Retórica e Filosofia. Tendo em vista a falta de professores, os alunos que se destacavam na aprendizagem passavam a ensinar aos seus colegas o conhecimento aprendido. Apesar da criação das diversas cadeiras, o ensino público não obteve sucesso, concorrendo para isto fatores desde a falta de pessoas habilitadas que permitisse ministrar aos jovens os conhecimentos básicos até as remunerações reduzidas oferecidas aos professores, tornando a atividade pouco atrativa, principalmente nas regiões afastadas. A lentidão do processo revela a grande dificuldade para a sua implementação.

Por outro lado, as ações realizadas no reino revelam uma proposta voltada para indústria e para o trabalho capaz de superar os obstáculos enfrentados pela influência da Igreja no Estado, em especial a da Companhia de Jesus.

Em 1761, Pombal fundou em Lisboa o Colégio dos Nobres. O seu intento era criar um ensino progressista e científico para atender as novas necessidades do Estado e dos avanços técnicos em marcha, conforme havia

proposto Ribeiro Sanches nas suas *Cartas sobre a educação da mocidade*. Os filhos dos nobres, na faixa etária entre sete e treze anos, recebiam no colégio uma formação diversificada que incluía: retórica, poética, grego, latim, história, inglês, francês, lógica, geografia náutica e arquitetura militar, superando a educação doméstica preponderante entre a elite ³⁹. Era evidente que a proposta visava à formação moral e intelectual de cidadãos que pudessem atuar em proveito da pátria nas diversas partes do império. Neste sentido, para uma forma de gestão administrativa, era conveniente privilegiar a elite dominante em detrimento dos demais habitantes do império. A formação dos jovens cidadãos visava ao desenvolvimento econômico e à formação de homens para atuarem na vida pública. Esta idéia era uma das ramificações da política implantada por Sebastião José de Carvalho e Melo no que dizia respeito à delimitação das categorias nobiliárquicas. Naquele momento, a nobreza lusitana dominava a maior parte dos cargos importantes do Estado, de maneira hereditária, fossem de emolumentos ou de distinção, tais como: presidências de tribunais, comissões diplomáticas, governos das colônias, postos de comando do exército. Contudo, as competências e habilidades nem sempre eram condizentes com o exercício da função.

Em 1771, o Primeiro-Ministro empreende a segunda etapa da reformulação do ensino português, criando a *Junta de Providência Literária* tendo como uma das suas atribuições elaborar novos estatutos para a Universidade de Coimbra.

A 28 de outubro do ano seguinte, os novos estatutos aprovados revelavam o objetivo de adequar os quadros universitários aos avanços do pensamento e da técnica, afastando da formação o ensino com base escolástica, numa tentativa de aproximar-se da ideologia iluminista, na medida em que se enfatizavam as disciplinas científicas. Aos jesuítas coube a responsabilidade pelo atraso e pelas dificuldades da Universidade de Coimbra e pelo sistema de ensino em vigor. Desta forma, a Universidade de Coimbra passou a receber jovens que obtinham uma formação virtuosa, muitos deles vindos da colônia brasileira. Deve-se ressaltar que, além da necessidade de um quadro de administradores eficazes nas colônias, era fundamental o desenvolvimento de setores econômicos que até então permaneciam inexplorados.

³⁹ Em 1784, um viajante francês anônimo registra as transformações implementadas dez anos antes, assim se referindo: Criou também o Marquês de Pombal os dois colégios, de Nobres, em Lisboa, e de Mafra, neste famoso convento, em que a Mocidade é educada por Mestres, Sábios, e de Bom gosto. Enfim podemos dizer, que se os Portugueses têm adiantado alguma coisa nas ciências, o devem ao Marquês de Pombal.

Guilherme Braga da Cruz entende que estas reformas de inspiração iluminista fizeram que o Estado assumisse o seu verdadeiro papel ⁴⁰.

O *subsídio literário*, criado em 1772, foi instituído a fim de garantir a manutenção do ensino primário e médio. Este subsídio, sob responsabilidade das câmaras, era obtido por meio de impostos que incidiam sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente. O valor reduzido do montante e a inconstância com que os professores eram remunerados pelos seus serviços contribuíram para agravar a situação que se intensificava, pois os professores eram mal preparados para o exercício da função, principalmente na colônia brasileira.

No âmbito do ensino jurídico, as transformações foram marcantes, revelando o embate e a relação do Estado com a Igreja. O predomínio da concepção do Direito Romano e Canônico passou a ser alvo de questionamento na medida em que não atendia as novas questões, como o papel do Estado e a questão da nacionalidade. Neste sentido, podemos perceber que Pombal é guiado pelo movimento ideológico de uma cultura iluminista, tendo a obra de Luís António Verney como referência. É conveniente ressaltar que a idéia norteadora do processo de reforma era que a educação poderia estar a serviço da recuperação econômica. Neste sentido, deve ser compreendido o projeto de ênfase nas ciências naturais, especialmente mineralogia e botânica, que tinha como meta criar novas formas de exploração dos recursos naturais nas terras coloniais.

Portugal, aos olhos da Europa, era um país obscuro, estagnado em muitos segmentos, incapaz de atrair um olhar demorado das demais nações. E a fatalidade do dia primeiro de novembro de 1755 lançava-o no cenário da comoção mundial. Contudo, o ímpeto progressista de Sebastião José de Carvalho e Melo resultou o avanço e a reconstrução. Ao designar membros da burguesia para funções públicas burocratas, ele priorizou a atividade comercial, tentando romper com as estruturas semifeudais.

A expulsão dos jesuítas e o atropelo das ações da monarquia portuguesa evidenciaram a falta de organização e a debilidade do projeto de uma política pública de ensino revelavam também uma grande firmeza e ousadia no projeto concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo, apesar da dificuldade que enfrentou. Conforme destacou Maria Elizabete Xavier, a Reforma Pombalina representou a “reação da Coroa portuguesa à lenta

⁴⁰ CRUZ, Guilherme Braga da – *Ensaaios universitários: origem e evolução da Universidade*. Lisboa: Logos, 1964, p. 52.

agonia por que passava a sociedade lusitana, em processo de decadência, empobrecimento e perda da própria soberania”⁴¹.

O projeto e grande parte da estratégia reformuladora não agradava a todos os setores da sociedade, mas somente àqueles que se achavam mais próximos do Primeiro-Ministro. Como bem observou Kenneth Maxwell, ao analisar a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o momento era o da consolidação de uma burguesia comercial, apoiada por ele, gerando “reações dentro de Portugal precisamente porque interceptava outros conflitos no seio da sociedade portuguesa: entre a velha nobreza e homens de negócios novos-ricos; entre os modernizadores do sistema educacional e os defensores da tradição; e entre pequenos e grandes empresários. Pombal tratou a oposição implacavelmente. Suas reformas e seu despotismo eram, portanto, inseparáveis”⁴². Para solidificar o seu projeto de reforma a única via era o despotismo, em face das rebeldias e desvios presentes na sociedade portuguesa e colonial.

O objetivo de Pombal era criar uma instrução popular para a colônia, que não vingou, pois a escassez de professores e a fragilidade interna da colônia favoreceram a fragmentação do sistema educacional. E a proposta educacional da monarquia não contava com os quesitos necessários para preencher o hiato deixado pelo modelo jesuíta. Com a ascensão de D. Maria I e o afastamento de Sebastião José de Carvalho e Melo da sua função, os projetos foram atalhados e ruíram. Contudo, nem a falta de condições para a manutenção dos professores ou os custos elevados para a manutenção das escolas, bem como outros problemas já salientados anteriormente nesta reflexão, anularam completamente as suas ações. Como ressaltamos, o projeto para a educação era um dos planos desenvolvidos para a colônia que se compunha com outros. No que tange à defesa do território da América Portuguesa, ao estímulo à imigração, à concessão de liberdade aos índios e à difusão da língua portuguesa, os resultados foram significativos e abalaram as estruturas coloniais.

Sebastião Jose de Carvalho e Melo teve como meta corrigir as desfaçagens das ações e opções dos monarcas anteriores. Este processo de transformação não foi implementado na sua totalidade em face de uma conjuntura de crise econômica que envolvia o reino. Contudo, o Primeiro-Ministro soube responder às necessidades do reino e de uma política que

⁴¹ XAVIER, Maria Elizabete [et al.] – *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994, p. 49.

⁴² MAXWELL, Kenneth – *Marquês de Pombal*, p. 170.

estimulava a produção e a capacidade produtiva das terras brasileiras. Projetos e idéias que já haviam sido cogitados, mas não foram postos em prática. Acreditou que eles poderiam ser de fundamental importância para reabilitar o reino e diminuir o grau de dependência que Portugal mantinha em relação a outras nações.

Apesar de em curto prazo os procedimentos interventores de Pombal terem abalado o sistema econômico, político e educacional da metrópole e da colônia, eles permitiram a ruptura do modelo antigo e a emergência de um novo modelo. O impacto histórico das suas determinações pode ser considerado como um verdadeiro terremoto que abalou o sonolento Estado português. Os estudiosos, cada um a seu modo, tentam reduzir ou aumentar a atuação da mão-de-ferro de Sebastião José de Carvalho e Melo, simplificando ou ressaltando as suas atitudes mais enérgicas como elementos negativos da sua atuação como Primeiro-Ministro. O fato é que esta gerou controvérsias na medida em que rompia com os objetivos de alguns segmentos da elite metropolitana e colonial. Para esta a intensa atuação do Primeiro-Ministro foi dramática, similar ao espetáculo de horror causado pela condenação e execução dos Távoras.

Modernizar a sociedade portuguesa era um grande empreendimento, radical na sua essência, cujo processo foi conduzido por um forte agente. Os empecilhos não eram poucos, mas a qualidade de Sebastião de Carvalho e Melo emergiam de seu virtuosismo e vanguardismo, apesar dos excessos que envolvem a imagem mítica do político. O fato é que ele, como Primeiro-Ministro, foi um dos homens responsáveis pelas transformações e mudanças, como observou José Eduardo Franco: “Sendo certo que a Sebastião José se deveu o protagonismo determinante da consecução da política Josefina, quer nos seus êxitos, quer nos fracassos, e dos projectos reformistas implementados então no reino, não é menos verdade que a condução desta política foi feita com total proteção e confirmação do Rei que, além do mais, lhe delegou poderes extraordinários para agir, poderes nunca até então cedidos a um ministro na história política da monarquia portuguesa”⁴³. Suas deliberações envolvidas por uma aura iluminista, de fato não conseguiram ser transformadoras no grau e na intensidade desejáveis. O terremoto de José Sebastião de Carvalho e Melo fez ruir as estruturas antigas, dando ensejo ao surgimento de um novo modelo. Aos poucos Portugal se reergueu, alçando vôo para uma nova fase.

⁴³ FRANCO, José Eduardo e RITA, Annabela – *O mito do marquês de Pombal*. Lisboa: Prefácio, 2004, p. 28.